

Notícias

Uma nova visão de futuro

PAO aprovado na AG de Dezembro vai moldar imagem dos profissionais

A Assembleia-geral da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), realizada na tarde de 19 de Dezembro, em Lisboa, aprovou por esmagadora maioria o Plano de Actividades e Orçamento (PAO) para 2010, com 141 votos a favor, 23 contra e 7 abstenções.

A reunião magna da mais recente Ordem profissional portuguesa, que decorreu no Auditório da FIL, no Parque das Nações, teve como único ponto de agenda a discussão e votação do documento que traça as principais linhas orientadoras da Instituição para este ano.

Na exposição propriamente dita do documento em análise, a palavra pertenceu ao presidente da OTOC. Domingues de Azevedo enalteceu a feliz conclusão do processo de passagem a Ordem, qualificando este feito como «a maior conquista de uma profissão de interesse público nos últimos 20 anos na sociedade portuguesa», conferindo

à profissão uma «visibilidade extraordinária», dotando-a de novos campos de actuação, como por exemplo a capacidade de os TOC representarem os sujeitos passivos no processo gracioso. «Esta mudança, se dúvidas havia, prova que somos muito mais do que arquivadores de papéis.» Todavia, Domingues de Azevedo deixou alguns alertas importantes: «Depois de atingido este patamar é preciso criar nos profissionais e nos empresários uma nova visão e imagem dos profissionais. E é este o desafio mais difícil, porque a partir de agora dependemos de nós mesmos. Aqui reside a grande viragem.»

E confrontados com um ano de 2010 necessariamente «especial», claro que se impunha um PAO à altura do repto. «A estratégia global subjacente ao documento contempla uma vertente inovadora, mas a grande aposta continua a ser a formação», afirma o responsável máximo da Ordem. O ano



A estratégia global do PAO para 2010 visa acompanhar a viragem operada na profissão



A votação do documento analisado na AG de Lisboa foi categórica

que findou foi extremamente exigente como a estatística demonstra: 289 mil pessoas participaram em acções formativas promovidas pela OTOC, o que perfaz um número aproximado de 16 371 381 horas de formação. O grande salto aconteceu no segmento da formação à distância, com mais de 16 mil inscritos. quarenta e três mil membros estiveram presentes nas reuniões livres e 58 mil nas reuniões das «Noites SNC».

Documento cumpre disposição estatutária

A vertente do apoio aos membros não foi descuidada no Plano: um milhão de euros será destinado para o fundo de pensões, enquanto 250 mil euros estão reservados para o fundo de solidariedade social. Este ano promete trazer novidades no que diz respeito ao projecto «Casa do TOC», sendo provável a associação deste, no mesmo espaço físico, com o centro de formação a erguer em Lisboa.

Ainda para 2010 está prevista a materialização dos seguintes projectos: a «WebTV», a actualização diária da base de dados do CD, de forma a organizar o denso caudal informativo e a consolidação da componente das relações internacionais da Ordem, estando prevista a inscrição no IFAC. Já este mês, está agendada uma reunião em Moçambique no âmbito do processo de transferência de conhecimentos, com vista a apoiar os países de língua oficial portuguesa no ensino da Contabilidade, numa iniciativa conjunta com o CFC do Brasil, com o alto patrocínio do Banco Mundial.

Em jeito de conclusão, Domingues de Azevedo rematou, afirmando: «Não há sobrançeria na execução do PAO, mas sim o cumprimento de disposição estatutária. Em caso de vitória nas eleições de Fevereiro, cumpriremos o que prometemos no

documento».

Seguiu-se o director-tesoureiro da OTOC que defendeu através de uma apresentação breve e sistemática o PAO para 2010, ressaltando que a alteração da orgânica da instituição vai mexer com os custos. Acréscimo da formação institucional, emissão de novas cédulas profissionais, redução dos órgãos da Instituição, fim da comercialização do ATD, decréscimo substancial das estadas devido a redução de despesas em eventos internacionais e redução de quotas devido a pedidos de suspensão, foram alguns dos tópicos salientados por Manuel Vieira. Para o novo ano, destaque igualmente para os gastos com pessoal, devido ao aumento salarial de 1,5 por cento e a admissão de seis novos colaboradores.

A formação planeada tem um acréscimo estimado de 525 mil euros, sendo 80 por cento desse valor para a formação à distância.

O investimento global de 883 500 mil euros fica praticamente consumido com a conclusão do processo de aquisição do edifício da representação permanente de Vila Real (93 500 euros) e a «Casa do TOC» (500 mil euros).

«Sol na eira e chuva no nabal»

O presidente do Conselho Fiscal da Ordem deu, como é habitual, o seu «parecer informal» sobre o documento em apreço, aconselhando a sua aprovação. Cunha Guimarães considerou o Orçamento «equilibrado pela positiva», com superávit, tónica recorrente nos documentos anualmente apresentados pela Direcção em funções. O reforço da componente formativa e o incremento da cultura de relações internacionais da Ordem, foram vertentes elogiadas por aquele

membro dos órgãos sociais.

Posteriormente, alguns membros pediram para usar da palavra, tendo sido colocadas, entre outras, questões sobre o fundo de pensões, o processo de alteração estatutária, a problemática do «justo impedimento» e o projecto «Casa do TOC», em associação com o centro de formação.

Domingues de Azevedo teve, como é regra, oportunidade para réplica e começou por afirmar que os membros «não podem querer “o sol na eira e a chuva no nabal”». Um dos membros questionou-o, directamente: «O que é que eu ganho com a passagem a Ordem?». O responsável da OTOC confessou a sua «mágoa» ao ouvir um colega seu «desmerecer» assim a profissão que abraçou. «Uma profissão só se credibiliza com mais responsabilidades.» Domingues de Azevedo disse que há um longo caminho a percorrer,

sendo prova disso que, na semana que antecedeu a realização da AG foi obrigado a remeter 22 processos para o Conselho Disciplinar.

Sobre o fundo de pensões, reconheceu que foi atingido, como todos os seus congéneres, pela perda de valor, mas que os oito milhões acumulados fazem estimar que dentro de 10 a 20 anos, «no caso de se manter esta política, os membros terão uma reforma significativa.»

Sobre o SNC, Domingues de Azevedo informou os presentes que as reuniões temáticas sobre o novo desafio que se coloca aos profissionais vão continuar e, caso se justifique, serão reeditadas acções de âmbito nacional. Na calha estão igualmente parcerias com a CCP e com outras associações para esclarecer os empresários e os comerciantes para as sensíveis alterações decorrentes do novo modelo contabilístico. ■

OTOC e AHRESP conjugaram esforços para explicar o SNC

Sessão de esclarecimento encheu Centro de Congressos de Lisboa

Depois da iniciativa em parceria com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas promoveu, em estreita colaboração com a AHRESP (Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) uma sessão de esclarecimento subordinada ao tema «Novas Obrigações Legais, o Sistema de Normalização Contabilística - Hotelaria e Restauração», que decorreu no dia 11 de Dezembro, no Centro de Congressos de Lisboa. O evento despertou um forte interesse de profissionais e de empresários, que lotaram os 1700 lugares da principal sala da antiga FIL.

Na intervenção ocorrida na sessão de abertura, Mário Pereira Gonçalves, presidente da AHRESP, solicitou à tutela o período de um ano de adaptação às novas regras do SNC, no sentido de o novo modelo entrar em vigor em simultâneo com a certificação dos sistemas de facturação, a 1 de Janeiro de 2011, em nome do «rigor, transpa-

rência e concorrência leal».

As propostas do responsável da AHRESP no domínio fiscal foram diversas: reforma do sistema fiscal, tornando o sistema fiscal transparente e acessível, substituição do IRC pela tributação dos rendimentos presumidos e eliminação do Pagamento Especial por Conta.



O secretário de Estado do Turismo participou na sessão de abertura dos trabalhos

Para concluir, o presidente da associação agradeceu «o interesse, a motivação e a disponibilidade» com que a OTOC se envolveu nesta jornada de trabalho. «Os TOC são amigos, conselheiros e importantes parceiros na gestão», disse. «Obrigado pela colaboração amiga que nos prestam diariamente» referiu, em nome dos empresários. Domingues de Azevedo começou por referir que o «SNC não interessa apenas aos TOC, mas, sobretudo, aos empresários», salientando que os profissionais são «companheiros dos negócios e, veículos de execução» enquanto os empresários são os «destinatários.» «Lutamos por um profissional competente, que periodicamente reúne com empresários e se interessa sobre a evolução do negócio e as oportunidades de investimento. É esta troca de impressões que resulta em sinergias que não podem ser desaproveitadas», prosseguiu. Dirigindo-se aos empresários, deixou um alerta: «Esqueçam a gestão de bolso. As empresas têm de possuir planificação e programação.» O presidente da OTOC concluiu o seu discurso mostrando-se convencido que esta colaboração vai conferir mais segurança e conhecimento, re-

forçando as empresas como unidades de sustentabilidade social. «Se os empresários e os TOC caminharem de mãos dadas, a economia sairá a ganhar», rematou.

TOC incorporam valor às empresas

A tutela fez-se representar pelo secretário de Estado do Turismo, que começou por salientar a grandeza das duas instituições presentes, a OTOC e a AHRESP, com 75 mil e 25 mil membros, respectivamente. Bernardo Trindade, que nas palavras iniciais se assumiu como um «TOC não praticante», afirmou que «reforçar o papel» dos profissionais da Contabilidade e da Fiscalidade na economia portuguesa pode ser feito através de eventos desta natureza, sublinhando o papel que estes desempenham no desenvolvimento das empresas, nomeadamente através da sua «acção pedagógica. É preciso alterar o paradigma: as empresas têm de perceber que o papel do TOC é incorporar valor às suas empresas. Se assim for, a vida colectiva melhorará», concluiu. ■



Mil e 700 pessoas, entre TOC e empresários, não perderam a oportunidade de saber mais sobre o novo modelo contabilístico

A Contabilidade pode contribuir para superar a crise

Seminário do CILEA debateu em Lisboa papel dos profissionais no contexto adverso



Portugal acolheu, pela segunda vez, um seminário do CILEA

Oito centenas e meia de TOC assistiram, no passado dia 3 de Dezembro, ao XIX Seminário Internacional de Países Latinos da Europa e América que decorreu no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL). Foi a segunda vez que a agora Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) recebeu o «estado-maior» do CILEA para debater questões relacionadas com a actividade de Técnico Oficial de Contas, como bem o demonstra o tema genérico escolhido para este evento: «O papel dos TOC no combate à crise.»

A nível mundial predominam as pequenas e médias empresas. Essa é uma realidade incontornável. Os cerca de 25 países que fazem parte do Comité de Integração Latino Europa/América (CILEA), totalizando cerca de 2 milhões de profissionais, não fogem a este cenário, como a ele não escapa também Portugal. Por isso, Domingues de Azevedo, na sessão de abertura do encontro recorreu a um exemplo concreto para justificar o papel dos TOC nas empresas do século XXI: «No Brasil, foi feito recentemente um estudo que concluiu que o encerramento de boa parte das empresas não se deve à falta de rentabilidade, mas sim à falta de aconselhamento. Ora, é aqui que o TOC tem um papel fundamental a desempenhar.» Para o presidente da OTOC, esta é uma «realidade mundial que nos permite ter padrões mínimos de comparação e que nos

leva a acreditar na importância do desempenho dos Técnicos Oficiais de Contas.»

Fernando Moya, presidente do CILEA e ex-presidente do Colégio de Economistas Espanhóis, depois de ter saudado a passagem da Câmara a Ordem, afinou pelo mesmo diapasão e lembrou que «a crise tornou mais premente a presença dos TOC nas empresas», apontando depois o seu discurso para a história e objectivos que norteiam o CILEA: «Este Comité foi criado em 1997, em Buenos Aires, Argentina, com a finalidade de reunir a cultura latina de dois continentes. Num mundo globalizado os mais poderosos são os que impõem as normas, daí a prevalência da visão anglo-saxónica. O CILEA tenta fazer ouvir a voz do mundo latino a nível mundial.»

Crise igual a risco e oportunidade

«A Contabilidade e a crise» foi o tema escolhido para o primeiro painel. Antes da intervenção do orador, Leonel Pontes, o moderador, não deixou passar a oportunidade em branco para lembrar à plateia que «esta crise não é só dos nossos clientes, das nossas empresas. É de todos.» Num voto de confiança na profissão e em quem a desempenha, Pontes não teve dúvidas em afirmar que «as nossas empresas estão bem servidas com a comunidade de TOC que têm. Que bom seria que os TOC fossem,

também eles, responsáveis pelas empresas públicas.»

Os holofotes recaíram depois sobre José Pedro Farinha. O orador começou por apresentar uma explicação sobre a origem da actual crise económica e financeira. Retornou ao final do século passado para relembrar a “bolha” das empresas tecnológicas e a violenta correcção que se lhe seguiu, a baixa de juros e o surgimento de nova “bolha” especulativa, desta feita no mercado imobiliário. Os bancos parecem ter-se “esquecido” de avaliar o risco e a ganância cavalgou impune. Até que a certeza sobre os valores dos créditos, assente em produtos complexos, começou a ser posta em causa. Perante a desconfiança, a falta de liquidez no mercado ditou regras, o que levou ao agravamento dos custos de *funding*. Estávamos em plena crise financeira que, não tardaria, iria perpassar para a economia real. Os bancos foram obrigados a usar de mais rigor na selecção do crédito que, por sua vez, dada a sua escassez, se veio a revelar mais caro. A quebra dos indicadores de confiança e a inevitável desaceleração da economia fizeram o resto. Crise? Com certeza, mas como fez questão de lembrar José Pedro Farinha, «quando o termo é escrito em chinês são usados dois caracteres que significam “perigo” e “oportunidade”». E a Contabilidade pode ajudar a «construir a ponte» entre essas duas margens.

O optimista, o pessimista e o realista

José Pedro Farinha direccionou depois a sua apresentação para os novos tempos contabilísticos. Recordou que «as NIC são muito criticadas por esconder obrigações e gastos, maximizando os lucros, mas esse não é o objectivo das normas. As normas devem permitir apontar as oportunidades, mas nunca esconder os perigos.» O orador e formador em algumas das acções da OTOC socorreu-se depois de um estudo internacional, apresentado pela Comissão de Normalização Contabilística, para atestar da validade e satisfação que os utentes da informação financeira têm revelado face à introdução das NIC. Recorrendo aos números, 63 por cento dos investidores detectaram melhorias na qualidade da informação prestada, número que decresce ligeiramente quando se fala dos preparadores (60 por cento) mas que volta a aumentar de forma significativa quando em causa estão os auditores (80 por cento).

Depois de ter referido o abandono do paradigma legalista para se chegar, com as NIC, ao paradigma

ma económico e utilitarista da informação, porque «hoje o objectivo é procurar a informação útil para os vários utilizadores», Farinha falou sobre as características qualitativas da informação: compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade e garantiu mesmo que «há práticas criativas que, com a adopção do SNC, já não serão possíveis.»

As restrições e constrangimentos também não foram esquecidos. O orador abordou, por exemplo, a relação custo-benefício. «Para termos informação útil e oportuna, é necessário que a contabilidade esteja em dia. Contudo, isto não pode ter um custo que exceda os benefícios da informação», recordou Pedro Farinha, que entraria depois numa fase mais técnica, abordando os objectivos da informação financeira e debruçando-se sobre vários dos elementos do balanço e da demonstração dos resultados. Uma coisa, contudo, é inevitável: «A informação, para ser compreensiva, tem que ser também narrativa.»

Seja como for, e apesar da melhoria significativa que a adopção do SNC trará para a informação financeira, de acordo com o orador, há algo que é preciso não esquecer: «Não há normas perfeitas. Mas as actuais contribuem bastante para que consigamos evidenciar os riscos.» Por isso, não resta outra alternativa que não seja deitar mãos à obra. «O pessimista queixa-se do vento, o optimista espera que mude e o realista ajusta as velas...», lembrou o orador, citando o escritor e colunista William Arthur Ward.

A apresentação de José Pedro Farinha seria depois comentada por Manuel Caseirão que deixaria várias questões susceptíveis de profunda reflexão. Antes, porém, destacou o facto de esta ter sido a primeira vez que, em Portugal, se realizou um debate que «relacionasse a crise e a contabilidade. A OTOC foi pioneira e isso é de realçar.» Passemos às dúvidas. «Será que a Contabilidade deveria ter antecipado a crise? A Contabilidade aparece sempre a jusante.» Nova interrogação: «A Contabilidade teria sido enganada em relação à crise? A Contabilidade acreditou na boa fé dos gestores, dos auditores e nas agências de rating. Basta lembrar que, poucas semanas antes da Islândia entrar em agonia, foi avaliado como um país sem risco.»

Lembrando que esta «é uma crise cruel, porque quem tem emprego vive melhor do que vivia antes e quem não tem é que está a sofrer», Manuel Caseirão confessou não saber «se foi a Contabilidade que provocou a crise, mas julgo que poderá dar grandes contributos para sabermos os



«Contabilidade das TIC: despesas de I&D, activos intangíveis e reconhecimento de réditos» é o título do livro de Renato Pereira e Ambrósio Teixeira cuja apresentação teve lugar no decorrer do XIX Seminário do CILEA. Domingues de Azevedo congratulou-se com mais uma obra da autoria de Técnicos Oficiais de Contas e recordou que a OTOC está sempre disponível para apoiar iniciativas do género: «À Ordem não compete fazer o trabalho dos profissionais, compete abrir caminhos.» Ambrósio Teixeira lembrou que o livro surgiu das necessidades reveladas pelas empresas da área das novas tecnologias e garantiu que é essencial «para que as demonstrações financeiras sejam verdadeiras e apropriadas.» O livro é editado pela Bnomics.

custos em que nos envolveu e, talvez, ajudar a prevenir próximos dissabores.»

A elevada mortalidade empresarial e o atraso da informação contabilística

O segundo painel do dia dedicou-se à «Informação financeira para PME» e contou na moderação com Rui Baptista Marques, administrador da AICEP, em representação de Basílio Horta, presidente daquela agência. Na nota introdutória, aquele responsável frisou que o combate aos efeitos da crise tem que se basear «no investimento, exportações e inovação», garantindo que é para essa tríade que o AICEP está a centrar os seus esforços.

Joaquim Rocha da Cunha trouxe para análise a «Importância da informação financeira para as PME.» Antes, porém, foi dado ênfase a diversos indicadores que atestam bem do peso das pequenas e médias empresas no contexto nacional. No tocante à capacidade de geração de emprego, três em cada quatro postos de trabalho surgem nas pequenas e médias entidades. Olhando para o PIB os números são também esclarecedores: 60 por cento do PIB é gerado por PME. Contudo,

o presidente da Associação PME-Portugal chamou a atenção para um ponto que mereceu, certamente, a concordância da plateia: «As micro e pequenas empresas são muito diferentes das médias. Esta distinção é importante porque é sabido que, nas primeiras, é o TOC que desempenha o papel de “bombeiro” e é um dos principais elementos de decisão e informação económica.»

ROC, CAE e...VEEP

Como os tempos não são de euforia, Rocha da Cunha trouxe depois alguns dados negros. Desde 2005 que Portugal perdeu 150 mil empresários, o que se traduz numa taxa de mortalidade superior em 20 por cento à taxa de natalidade. Estes números colocam Portugal como o país com maior taxa de mortalidade empresarial da Europa.

Debruçando-se com mais pormenor no tema da sua apresentação, o orador traçou um quadro histórico da profissão de TOC dos anos 60 aos nossos dias, ou seja, do tempo da designação de «guarda-livros» aos novos desafios que se colocam para o século XXI. Para o também empresário, que decidiu brincar com as siglas, muitos TOC transformaram-se, a partir de 1995,

em ROC (Renegociador Organizações de Crédito), gerindo assim o relacionamento de muitas empresas com a banca, numa altura em que a contabilidade passou a ser feita, cada vez mais, em *outsourcing*.

Num mundo de mudanças rápidas e imprevisíveis, Joaquim Rocha da Cunha continuou a brindar os presentes com novo imprevisto, considerando que os TOC são, nos dias que correm, e sê-lo-ão no futuro, os CAE. Traduzindo, dá qualquer coisa como Conselheiros da Actividade Empresarial, alguém que «analisa a solvabilidade da empresa, avalia alternativas e potencia a inovação, aconselhando investimentos. O CAE é um elemento propulsor da estratégia empresarial», sustentou o orador que defendeu que «a informação económica está para as empresas como a circulação de sangue está para os humanos.»

Por acreditar nesta comparação, Rocha da Cunha lembrou que, na esmagadora maioria das vezes, «os gestores trabalham com informação desfasada da realidade.» E porquê? Porque, sustenta o orador, «a processo de *outsourcing* da contabilidade leva a que na maioria das empresas exista um atraso entre um a três meses entre os movimentos e o seu registo nas contas. Ou seja, se uma empresa cresce e vai precisar de fundo de maneio, o gestor só se apercebe quando já não tem “caixa” para comprar.» Por isso, conclui o presidente da Associação PME-Portugal, «a informação contabilística é na maioria dos casos desfasada e incompleta. A isto deve ainda juntar-se a iliteracia contabilística de muitos gestores, a

preocupação dos empresários com a sobrevivência e os erros e omissões na contabilização de activos e proveitos.» Soluções para o problema? Rocha da Cunha não tem dúvidas: «Os CAE têm de gerir e gerar conhecimento e não informação. A informação tem de ser em tempo real para que se possa fazer uma análise da evolução presente e perspectivar o futuro.»

Porque este painel trouxe algumas leituras diferentes para siglas familiares aos TOC, Manuel dos Santos, no papel de comentador, não quis ficar atrás e avançou com uma nova versão para uma fonética bem conhecida: «Sou um VEEP, leia-se Velho Estudioso com Elevada Paciência, e todos os dias sou submergido por quantidades gigantescas de informação. A informação é tanta e, por vezes, tão contraditória que ficamos, com frequência, baralhados», começou por lembrar o presidente da Mesa da AG da OTOC, para quem «a informação é um instrumento e não um fim.» Por isso, o ex-eurodeputado não tem dúvidas de que ela deve ser «clara, transparente e homogénea.»

Partindo depois para uma análise mais geral, Manuel dos Santos defendeu que «os novos modelos de negócio põem em causa a separação tradicional de pequenas, médias e grandes empresas» e lembrou que, a nível comunitário, mais importante do que as PME «é começarmos a falar dos PMP, ou seja, pequenos e médios países. Têm custos de contexto bem mais penosos», sustentou o também economista, alertando ainda para o facto de se estar a criar na União Europeia um 28.º país: «É o país dos



Norberto Barbieri (Argentina) referiu que o grande desafio do seu país é convergir com as NIRF para as empresas de interesse público

desempregados que, actualmente, conta já com mais de 20 milhões de pessoas para as quais tem de encontrar-se uma solução.»

«Se não mudamos, enferrujamos»

O primeiro painel da tarde teve como orador principal, José Azevedo Rodrigues, docente do ISCTE, numa apresentação sobre «A informação contabilística no combate à crise.» O primeiro reparo foi para os profissionais: «Os TOC domésticos acabaram, agora os profissionais movimentam-se num contexto de mercados globais, tendo como interlocutores operadores e investidores a nível mundial.» Azevedo Rodrigues enfatizou o facto de vivermos na lógica vigente do «mercado global», assente na capacidade de as organizações gerarem valor. Depois da observação aos TOC, a advertência para as tentações de manipulação e fraude. «Cerca de 65 por cento dos activos fixos têm, por norma, dados incompletos e inconsistentes», disse, tendo lembrado que no caso dos Estados Unidos os prejuízos de biliões de dólares decorreram de falhas de contabilidade e auditoria. «Têm vindo a ser difundidas práticas de verdadeiras contabilidades criativas», acrescentou, ressaltando, que «não é necessariamente mau, o pior é quando são feitas com outros intuitos que não seja relatar a verdadeira radiografia (fiscal e financeira) da empresa.»

Azevedo Rodrigues empregou uma citação atribuída ao professor da Universidade de Barcelona, José Maria Gay Saludas: «A contabilidade criativa pode ser catalogada como uma magnífica falsidade de obras de arte contabilística nascidas de estruturas de verdadeira engenharia contabilística». Voltando aos TOC, o docente do ISCTE advertiu que muitos gestores desconhecem a utilidade da informação financeira fornecida pelos Técnicos Oficiais de Contas, facto comprovado por diversos estudos. Foi precisamente neste ponto que Azevedo Rodrigues quis realçar a necessidade de fazer algum «marketing em torno da profissão», passando a mensagem aos gestores que se não dispuserem de informação contabilística a sua tarefa estará mais dificultada. «Se não mudarmos, enferrujamos», disse, em jeito de aviso aos TOC presentes na sala, inspirando-se num célebre aforismo de Buda. «A visão tradicional da profissão, não geradora de valor e focada nos procedimentos, tem de mudar, adaptando-se às novas exigências, como a visão alargada, ética e

responsabilidades acrescidas. A mudança deve ser entendida como uma «forma de estar», completou o seu raciocínio.

O orador defendeu ainda que na «gestão em tempos de crise» o sistema contabilístico deve proporcionar um quadro de alerta que propicie uma variedade de indicadores que confirmem um horizonte mais amplo de conhecimentos, com primazia à «transparência» e «demonstração de *accountability*». Moderador neste painel, António Borges, igualmente docente no ISCTE, já antecipara uma intervenção mobilizadora das massas e confirmou esse seu prognóstico no final da palestra de Azevedo Rodrigues, classificando-a de «clara, esclarecedora e incisiva.»

Coube a Avelino Azevedo Antão comentar a intervenção de Azevedo Rodrigues. O presidente do Conselho Técnico da Ordem salientou a importância e o poder da Contabilidade nos dias de hoje, de que são prova as «perdas de milhões na sequência das fraudes». «Informação fidedigna pode reduzir o volume de decisões económicas erradas.», disse Avelino Antão divergiu a sua curta alocução para o SNC, o tema do momento e do futuro imediato para os TOC: «O anexo será o “salvo-conduto” dos profissionais, tratando-se de um documento que fundamenta o seu juízo profissional.»

Relativamente aos requisitos que o TOC tem de cumprir para cumprir o seu papel de parceiro de gestão, o comentador elencou três: a ética, a competência e a responsabilização.

As respostas à crise em diferentes latitudes

O último painel do seminário do CILEA foi exclusivamente preenchido com os oradores internacionais convidados, fiéis a um mesmo tema: «A Contabilidade na Europa e na América Latina.» A harmonização das NIC e os desafios que a crise deparou aos profissionais foram temas tocados por todos os oradores de matriz latina.

O argentino Norberto Barbieri discorreu sobre factos mais relevantes dos últimos 15 anos, nomeadamente a necessidade de normas comuns para os espaços económicos integrados, caso do Mercosur, a crise da contabilidade e da auditoria e as fraudes contabilísticas nas grandes empresas. Barbieri referiu os problemas existentes no seu país para adoptar as normas devido à crise financeira mundial. Ainda assim lembrou que cerca de 110 países adoptaram ou estão pleno processo de

adoção das NIC. A Argentina definiu a introdução do novo modelo para empresas cotadas em bolsa para os exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2011. O grande desafio do «país das pampas» é o de convergir com as NIRF, fundamentalmente para as empresas de interesse público.

Irineu de Mula esteve em representação do Brasil. O director da Fundação Brasileira de Contabilidade esmiuçou o funcionamento do Comité de Pronunciamentos Contábeis (CPC), um organismo que visa a centralização e uniformização do processo de produção das normas contabilísticas, levando em conta a convergência da Contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Segundo o orador, o «CPC representa a perspectiva de importantes avanços no caminho da actualização e modernização de normas e preceitos contábeis.» Do país vizinho, a representação esteve a cargo de José Maria Casado Raigón. Apoiando-se numa apresentação escrita o especialista espanhol estabeleceu como pano de fundo para a crise «a implosão do sector financeiro, que expôs vulnerabilidades seculares», deixando-nos à mercê da «incerteza.» Raigón adiantou que o TOC, enquanto detentor de *background* analítico, deve processar a informação e a análise económica para atingir os resultados do balanço. «No cenário de pós-crise o enfoque adequado na informação contabilística assume capital importância», referiu.

Jean-Claude Delespaul mostrou a visão francesa do problema. O ex-secretário-geral da comissão

de operações em bolsa do seu país declarou que os «*expert comptables*», por norma entendidos como agentes «criadores de confiança», viram a sua responsabilidade aumentada, enquanto preparadores da informação contabilística, devido à crise.

A conclusão ficou a cargo de Cláudio Sicilioti. Bem humorado, o representante transalpino foi o que menos falou, devido às contingências do tempo, mas seguramente o que mais aplausos recolheu da assistência. O italiano defendeu que apesar de muito se ter dito, «fez-se pouco para combater a crise.» Sicilioti não escondeu o seu cepticismo relativamente às Normas Internacionais: «Não é possível um sistema contabilístico igual para todos. Não creio numa linguagem comum às grandes empresas. E o *fair value* está longe de interessar às PME», exemplificou.

Os anfitriões do evento, Domingues de Azevedo e Fernando Moya, utilizaram os escassos minutos restantes para o encerramento. O presidente da Ordem congratulou-se pelo êxito de mais uma iniciativa que «permitiu trazer até aos profissionais portugueses as experiências dos seus congéneres latinos», num cenário particularmente agreste, motivado pela crise.

Fernando Moya salientou que este evento foi mais um passo no aprofundar das relações entre instituições de raiz latina, num momento em que coexistem uma multiplicidade de normas diferentes nos diversos países, facto que qualificou de «enriquecedor». ■

SNC e IRS, temas em foco no «Conselho Fiscal»

Colaboradores da OTOC prestam esclarecimentos úteis na antena da TSF

Cinco dias por semana e duas vezes por dia, às 7h20 e às 18h45, os conselhos úteis sobre fiscalidade são presença obrigatória na grelha da TSF. A locução continua a cargo dos colaboradores da OTOC, Paula Franco, João Antunes, Sandra Bernardo e Amândio Silva.

No período compreendido entre 30 Novembro a 23 de Dezembro, as emissões diárias conheceram especial enfoque no SNC e nas deduções do IRS. Foram os seguintes os temas: «Incentivos fiscais à aquisição de equipamentos para utilização de energias renováveis»; «Isenção de IVA nas exportações de bens»; «Despesas com Edu-

cação deduzíveis em IRS»; «Ser generoso pode ser vantajoso»; «Dedução de seguros no IRS»; «SNC: balanço e demonstração de resultados»; «Dedução fiscal de equipamentos informáticos»; «Deduções à colecta em sede de IRS»; «IRC e tributação do património»; «Dedução de quotas sindicais»; «Guardar os documentos do IRS»; «Seguros de Saúde privados e deduções em IRS»; «Património da empresa e património dos sócios»; «Dedução em IRS de juros e amortizações de empréstimos para habitação» e «Quotas sindicais e quotas pagas às ordens profissionais.»

A totalidade dos programas já emitidos pode ser escutada nos *sites* da OTOC e TSF. ■

Formação da OTOC para 2010

Aplicação da NCRF 3 inaugura acções formativas

A Ordem já tem disponível no seu *site* o calendário completo da formação relativa ao presente ano. As acções dividem-se em eventual, segmentada, permanente, distância e reuniões livres. A primeira grande formação da OTOC realiza-se no início do ano, em Janeiro e é subordinada ao tema «A aplicação da NCRF 3 (Aplicação pela 1.^a vez do SNC) – Abertura das contas em 2010». De momento estão agendadas 30 acções, distribuídas por todo o país. As inscrições encontram-se abertas para TOC e para os colaboradores dos profissionais, mediante o pagamento de 32 euros. Para efeitos do controlo de qualidade serão atribuídos 12 créditos após a conferência das presenças e terminada a formação a nível nacional. O calendário completo e o nome

dos formadores encontra-se disponível no *site* da OTOC.

Ainda em Janeiro estão agendadas duas acções de formação à distância, sobre «IVA – Localização das Operações e Serviços Tributáveis» e «SNC – Estrutura conceptual.» No âmbito da formação segmentada, a OTOC disponibiliza duas formações, uma sobre «NCRF3 – adopção pela primeira vez das NCRF» e «SNC – pequenas entidades.» Lembra-se ainda que os membros estagiários podem inscrever-se para as acções de formação na página oficial da Instituição.

Apresentamos, de seguida, o calendário completo da formação prevista para 2010. Qualquer alteração ao mesmo, será comunicada em tempo útil aos membros, através do *site* ou desta revista. ■

Plano global de formação para 2010



ORDEM
dos TÉCNICOS OFICIAIS de CONTAS

Mês	Tipo	Código	Tema	Duração
Janeiro	Eventual	Ev0110	A aplicação da NCRF n.º3 (aplicação pela 1ª vez do SNC) – abertura das contas em 2010	8 h
	Distância	Dis0110	IVA - Localização das operações e serviços tributáveis	12 h
		Dis0210	SNC - Estrutura conceptual	8 h
	Segmentada	Seg0110	NCRF 3 - adopção pela primeira vez das NCRF	16 h
		Seg0210	SNC - Pequenas entidades	16 h
	Reunião Livre	RI0110	Livre	2 h
RI0210		Livre	2 h	
Fevereiro	Distância	Dis0310	Actualização fiscal em sede de IRC	16 h
		Dis0410	NCRF 3 - adopção pela primeira vez das NCRF	16 h
		Dis0510	SNC - Pequenas entidades	16 h
	Segmentada	Seg0410	SNC - Activos correntes	16 h
		Seg0510	SNC - Activos não correntes	16 h
		Seg0610	Implicações contabilísticas pertinentes do CSC	8 h
	Reunião Livre	RI0310	Livre	2 h
		RI0410	Livre	2 h
Março	Distância	Dis0610	SNC - Activos não correntes	16 h
		Dis0710	SNC - Activos correntes	16 h
		Dis0810	IRC/IRS - Dossier fiscal (Organização e preparação)	16 h
		Dis0910	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	16 h
	Segmentada	Seg0710	NCRF 25 - Imposto sobre o rendimento	8 h
		Seg0810	NCRF 12 - Imparidades de activos	8 h
		Seg0910	SNC - Passivos correntes e não correntes	16 h
		Seg1010	NCRF 21 - Provisões, activos e passivos contingentes	8 h
	Reunião Livre	RI0510	Livre	2 h
		RI0610	Livre	2 h
Abril	Distância	Dis1010	NCRF 12 - Imparidades de activos	8 h
		Dis1110	SNC - Passivos correntes e não correntes	16 h
		Dis1210	NCRF 21 - Provisões, activos e passivos contingentes	8 h
		Dis1310	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	8 h

Abril	Segmentada	Seg1110	NCRF 27 - Instrumentos financeiros	16 h
		Seg1210	SNC - Demonstrações financeiras (NCRF 1,2,4,5,24)	16 h
		Seg1310	IRC/IRS - Dossier fiscal (organização e preparação)	16 h
		Seg0310	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	8 h
	Reunião Livre	RI0710	Livre	2 h
		RI0810	Livre	2 h
Maio	Distância	Dis1410	Contabilidade orçamental	16 h
		Dis1510	SNC-Reconhecimento e mensuração dos investimentos financeiros	16 h
		Dis1610	Análise de balanços e estudo de indicadores económicos com base nos Modelos SNC	16 h
	Segmentada	Seg1410	Código Contributivo da Segurança Social	16 h
		Seg1510	Tributação do património (IMT/IMI/IS)	16 h
		Seg1610	Aspectos contabilísticos e fiscais para entidades sem fins lucrativos (IPSS e associações)	16 h
	Reunião Livre	RI0910	Livre	2 h
		RI1010	Livre	2 h
Junho	Distância	Dis1710	Peritagem contabilística e fiscal	16 h
		Dis1810	Tributação do património (IMT/IMI/IS)	16 h
		Dis1910	Projectos de investimento	16 h
		Dis2010	IVA (revisão ao Código)	16 h
	Segmentada	Seg1710	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	16 h
		Seg1810	IVA (revisão ao Código)	16 h
	Reunião Livre	RI1110	Livre	2 h
		RI1210	Livre	2 h
Julho	Distância	Dis2110	SNC-Empreendimentos conjuntos	8 h
		Dis2210	Entidades Empresariais Municipais - Constituição e Obrigações Contabilísticas e Fiscais	12 h
		Dis2309	Código Contributivo da Segurança Social	16 h
		Dis2409	Aspectos contabilísticos e fiscais para entidades sem fins lucrativos (IPSS e associações)	16 h
	Segmentada	Seg1910	Actualização fiscal em sede de IRC	16 h
		Seg2010	Projectos de investimento	16 h
		Seg2110	IVA - Localização das operações e serviços tributáveis	12 h
	Reunião Livre	RI1310	Livre	2 h
		RI1410	Livre	2 h
Agosto				
Setembro	Distância	Dis2509	Código do Trabalho	16 h
		Dis2609	Código fiscal de investimento	16 h
		Dis2709	POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	24 h
	Permanente	Per0110	POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	24 h
	Segmentada	Seg2210	Entidades empresariais municipais - Constituição e obrigações contabilísticas e fiscais	12 h
		Seg2310	Código fiscal de investimento	16 h
		Seg2410	Contabilidade orçamental	16 h
	Reunião Livre	RI1510	Livre	2 h
		RI1610	Livre	2 h
Outubro	Distância	Dis2809	Contencioso tributário	24 h
		Dis2909	Mais e menos valias em IRC e IRS	16 h
		Dis3009	SNC - Demonstrações financeiras (NCRF 1,2,4,5,24)	16 h
	Permanente	Per0210	Contencioso tributário	24 h
	Segmentada	Seg2510	Código do trabalho	16 h
		Seg2610	Código de insolvência	16 h
		Seg2710	Código dos contratos públicos	12 h
	Reunião Livre	RI1710	Livre	2 h
		RI1810	Livre	2 h
Novembro	Distância	Dis3109	Código dos Contratos Públicos	12 h
		Dis3209	SNC-Preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	16 h
		Dis3309	Contabilidade orçamental na Administração Pública	16 h
	Segmentada	Seg2810	Peritagem contabilística e fiscal	16 h
		Seg2910	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	8 h
		Seg3010	NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo	8 h
	Reunião Livre	RI1910	Livre	2 h
		RI2010	Livre	2 h
Dezembro	Reunião Livre	RI2110	Livre	2 h

Prazos de inscrição das empresas de profissionais e registo do responsável técnico na OTOC

Documentação necessária disponível no *site*

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de Outubro, foram alteradas profundamente as regras estatutárias e deontológicas da profissão.

Atendendo ao número elevado de questões e pedidos de esclarecimento, a Direcção da OTOC elaborou um pequeno memorando para esclarecimento das principais alterações ao Estatuto que agora disponibilizamos.

Uma das alterações mais relevantes ao Estatuto prende-se com a criação de regras de inscrição de sociedades de profissionais e registo do responsável técnico das sociedades de contabilidade.

Para cumprimento destas regras estatutárias, a Direcção, em 10 de Dezembro de 2009, aprovou o Regulamento de Inscrição de Sociedades de Profissionais de Técnicos Oficiais de Contas e Nomeação pelas Sociedades de Contabilidade do Responsável Técnico e respectivos formulários de inscrição.

Relembramos também os prazos previstos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de Outubro, para a inscrição ou registo das entidades já existentes:

Sociedades de contabilidade - devem proceder ao registo do responsável técnico até ao dia 28 de Fevereiro de 2010.

Sociedades de profissionais - devem inscrever-se na OTOC até ao dia 10 de Maio de 2010.

Por fim, atendendo aos custos associados ao processo de adaptação das sociedades ao novo enquadramento jurídico, todas as sociedades de contabilidade e sociedades de profissionais já constituídas ou a constituir até ao dia 30 de Junho de 2010 estão isentas da taxas de inscrição prevista no Regulamento de Taxas e Emolumentos.

Para mais informações, consulte no site da OTOC toda a documentação, nomeadamente o regulamento e as fichas de inscrição. ■

Declaração de Rectificação n.º 94-A/2009, de 24 Dezembro

Publicadas em «Diário da República» correcções ao DL n.º 310/2009

Foi publicado no dia 24 de Dezembro em «Diário da República», I Série, Número 248, a declaração n.º 94-A/2009 que rectifica o Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, que altera o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. A referida declaração, que corrige algumas inexactidões, pode ser consultada integralmente no *site* da OTOC, no local onde se encontra agregada toda a informação sobre a alteração dos estatutos da Instituição. ■



Decorreu na zona ribeirinha de Lisboa o tradicional jantar de Natal dos colaboradores e órgãos sociais da OTOC. A boa disposição foi a tônica deste convívio anual que encerra um ano de ouro para a Instituição, culminando com a passagem da Câmara a Ordem.

SNC - «Uma inevitabilidade com vantagens»

CNC promoveu debate sobre o novo modelo contabilístico

Altas esferas do fisco, governantes, representantes da banca, da CMVM e da CNC, confederações da indústria e dos agricultores, técnicos oficiais de contas e revisores oficiais de contas. Ninguém quis faltar. Reunidos à mesma mesa para debaterem um tema transversal a diversas actividades e que a todos desafia: o SNC. O *timing* não podia ser mais oportuno. Os agentes, directa ou indirectamente envolvidos na mudança quiseram estar presentes na conferência intitulada «O Sistema de Normalização Contabilística na Lógica da Comissão de Normalização Contabilística», que decorreu no dia 15 de Dezembro, no auditório da Direcção de Finanças de Lisboa, no Parque das Nações.

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Sérgio Vasques, destacou no novo modelo o «corpo de normas de carácter inovador, com um grau de coerência reforçado», para o qual será necessário um «esforço de adaptação importante ao longo de

2010.» Integrar as empresas portuguesas no contexto da UE e eliminar custos de contexto no médio prazo são, para o governante, as mais-valias desta novidade, tendo destacado ainda o «papel decisivo» que cabe à Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

O presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), João Machado, salientou a colaboração que a CAP manteve com a OTOC, organizando em conjunto diversas acções formativas sobre uma matéria que, para o responsável da associação, «se revela da maior atenção devido à especificidade do sector agrícola.»

Maria Isabel Silva, vice-presidente da CNC, referiu que a adopção do SNC vai trazer um «relato financeiro mais moderno e será um potencial facilitador de negócios.» Mas, mais importante, é a emergência de uma mudança de cultura, visto que de uma lógica jurídica assiste-se agora a uma lógica económica.



«O Estado é que deve dar o exemplo», defendeu o presidente da Ordem



O presidente da CIP alertou que o esforço de aprendizagem será de todos

Um sistema longe da perfeição

António Monteiro, bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), referiu que «este é o tempo certo para adoptar esta mudança», advertindo para a necessidade de manter e reforçar a independência do IASB, afastando os políticos, nomeadamente os do G-20, de se imiscuírem nas questões técnicas. «O caminho é apostar na formação profissional, como muitas empresas e as duas ordens, a OROC e a OTOC, estão a fazer.» Por seu turno, Carlos Grenha abordou a problemática do SNC na perspectiva dos preparadores da informação. «Esta foi uma reforma pensada com o devido tempo: desde 2003 o novo modelo esteve submetido a análise e audição por parte dos utilizadores e preparadores da informação. Contudo, está longe de ser um sistema perfeito e é susceptível de correcções constantes. Vão ser cometidos erros, mas só erra, quem faz.» A perspectiva pedagógica e educativa não foi esquecida por Grenha: «O pensamento contabilístico tem de sofrer transformações, a começar pela escola. Daqui para a frente é preciso ensinar contabilidade de forma distinta e o primeiro esforço deve partir dos docentes.»

A Avelino Antão coube dar a perspectiva dos profissionais da Contabilidade e da Fiscalidade. «As dificuldades que o SNC vai colocar serão ultrapassadas com mais formação profissional ao longo

da vida do TOC. Esta mudança vai necessariamente requerer uma aproximação entre gestores e Técnicos Oficiais de Contas e entre estes e as próprias empresas. A capacidade preditiva e os mapas da sua responsabilidade são preciosas linhas de orientação para quem decide.» Uma coisa Avelino Antão garante: haja o que houver, «a profissão sairá valorizada e sofrerá um *upgrade* assinalável.»

João Cipriano baseou a sua intervenção no ângulo de abordagem dos auditores, não conseguindo esconder o seu optimismo pelo alcance da mudança: «Pela primeira vez temos em Portugal um referencial contabilístico com cabeça, tronco e membros e que acaba por respaldar a opinião do auditor.» Cipriano acrescentou que «o novo modelo mexe com o padrão de trabalho dos auditores e expõe a sua actividade, mas acaba por reforçar a exigência da intervenção do especialista.»

Tarefa gigantesca de aprendizagem

Assumindo o papel de moderador no painel sobre o SNC na perspectiva dos utilizadores, Domingues de Azevedo afirmou que este modelo confere novos méritos aos valores da Contabilidade, derrubando a visão minorizada da disciplina e dos seus lídimos representantes, os TOC. «O novo paradigma não alterará radicalmente a estrutura instalada, mas obrigará a reflectir», disse. O presidente da Ordem dos TOC deixou ainda uma palavra de elogio à entidade organizadora da conferência, a CNC: «Logrou o facto extraordinário de desmistificar o funcionamento deste organismo, afastando a imagem dos sábios que debitavam leis para um número restrito de pessoas.»

Carlos Dores Costa elencou as «enormes vantagens» decorrentes da aplicação do SNC no sector empresarial. Mas, como nem tudo são rosas, o inspector da direcção-geral de finanças deixou uma pertinente questão: «Todas as empresas públicas aplicarão o SNC? As EPE da Saúde provavelmente não o farão. Se assim for, é um mau exemplo para o próprio Estado enquanto accionista.» O especialista prevê que a DGTF seja confrontada com um problema se o sector da Saúde continuar a operar no paradigma POC.



O presidente da CNC, Domingos Cravo, crê que os próximos anos serão de aperfeiçoamento permanente do novo modelo

Domingues Azevedo voltou a fazer uso da palavra para pronunciar-se sobre a intervenção de Carlos Dorez: «Os TOC têm sensibilizado os gestores para a implementação da contabilidade digráfica em todos os serviços. Seria uma medida positiva, aportando à gestão informação mais transparente para a vida pública e os cidadãos. O Estado é que deve dar o exemplo na implementação do SNC, mostrando-se pró-activo e estimulando os privados.»

O presidente da CIP, Francisco van Zeller, começou por declarar que «estamos interessados num sólido e normalizado SNC», realçando a sua utilidade em múltiplas operações empresariais, como, por exemplo, nas fusões, aquisições e no planeamento fiscal. Van Zeller deixou um aviso muito sério à navegação: «Muita gente, para além dos TOC, vai ter de aprender sobre o SNC e as demonstrações financeiras, a começar pelos próprios patrões. É uma tarefa gigantesca de aprendizagem que temos pela frente sob pena de surgirem surpresas.»

Carlos Pinto Quaresma, quadro do departamento de risco do BES Global, debruçou-se sobre as implicações da novidade na sua instituição bancária. «Para a banca saber adaptar-se a esta mudança é um imperativo, especialmente na arte de dominar os novos conceitos. E já temos formação para os técnicos do banco agendada para 2010», revelou Pinto Quaresma. «O SNC é uma inevitabilidade, com vantagens. Trata-se um projecto complexo que deve ser entendido como sendo de toda a

empresa, envolvendo toda a sua estrutura e não apenas a sua parte financeira», prosseguiu.

Por seu lado, Rodrigues de Jesus defendeu a tese que o SNC vai «abandar-nos a todos» e, ao mesmo tempo, possibilitar que «nos detenhamos de forma mais atenta na informação contabilística.» Contudo, adverte, este ambiente de mudança impõe «cauteladas redobradas», especialmente ao nível das demonstrações financeiras que «poderão ser eivadas de volatilidade.» O ex-presidente da CNC deixou uma palavra de alento para os TOC. António Coelho Garcia disse que «pese embora a complexidade das matérias, os profissionais não se têm atemorizado com o volume da tarefa e que a sua qualidade vai permitir levar de vencida este desafio.»

Monitorizar grau de implementação

Domingos Cravo, o actual presidente da CNC, reconheceu o papel acrescido do organismo na fase de transição e pós-transição do novo modelo. «Tem havido e vai continuar a existir grande barulho na fase de transição, mas creio, que nomeadamente as grandes empresas não terão dificuldade de maior. Certo é que os próximos anos serão agitados e o processo de aperfeiçoamento permanente.» A mudança cultural e contabilística é inevitável, mas Domingos Cravo ressaltou que as «alterações culturais não se implementam por decreto-lei.» Para acompanhar o processo de transição foi constituído um observatório do SNC, que

será coordenado por Pedro Aleixo Dias, também um dos intervenientes nesta conferência. Este instrumento vai permitir realizar avaliações regulares ao modelo, através da aferição do seu grau de implementação, procedendo à medição dos indicadores de *performance* e do índice de preparação das entidades ao novo paradigma.

Para o encerramento, ficaram as opiniões de Carlos Tavares, presidente da CMVM e Azevedo Pereira, director-geral dos Impostos.

«Para os mercados é fundamental que a informação seja verdadeira», começou por afirmar o ex-ministro da Economia. «No seguimento das lições retiradas da crise mundial, há que introduzir prudência e uma componente anti-cíclica nas normas.» Carlos Tavares, após enaltecer o profissionalismo dos TOC num processo que «requer maturação e empenho», terminou com outro apelo, mais um, às intromissões políticas: «Deixem as questões técnicas exclusivamente para os especialistas.»

O director-geral dos Impostos, José Azevedo Pereira, destacou o «momento de importância estrutural que estamos a viver. O que está em causa é um reequacionar conceptual do que é a Contabilidade, aproximando-se de conceitos com origem nas finanças empresariais e com valores de mercado.»

O homem forte do fisco chamou a atenção que a comparabilidade de elementos não será tão linear e avisou para os desafios que se colocam na formação dos recursos humanos e adaptação dos sistemas informáticos à mudança. Para além disso, acrescentou, «mal utilizado», o SNC pode suscitar «manipulações. A decisão está tomada. O momento é de grande responsabilidade. Para todos», afirmou Azevedo Pereira. O director dos impostos inspirou-se no verso da «Eneida», de Virgílio, «A sorte protege os audazes», para expressar o seu optimismo sobre os tempos que se avizinham. ■

Composição das seis comissões criadas com a alteração do Estatuto Colégios de especialidade

Conforme foi deliberado pela Direcção, na sequência da alteração introduzida no Estatuto, foram criados seis colégios de especialidade, sendo três de Contabilidade e três de Fiscalidade.

Na área da Contabilidade são criados os seguintes colégios: Contabilidade Analítica, Contabilidade Financeira e Contabilidade Pública.

No domínio da Fiscalidade criam-se os seguintes colégios: Impostos sobre o Consumo, Impostos sobre o Rendimento e Impostos sobre o Património.

Atendendo à importância daqueles colégios e aos efeitos que os mesmo terão no aumento da qualidade na nossa profissão, a Direcção deliberou constituir seis comissões especializadas, compostas por três elementos cada uma que têm por missão definir as condições de acesso aos referidos colégios de especialidade.

A composição das comissões é a seguinte:

- **Colégio da Contabilidade Financeira:** Presidente, Lúcia Lima Rodrigues, 1.º vogal, Hernâni O.

Carqueja, 2.º Vogal, António Borges;

- **Colégio da Contabilidade Analítica ou de Gestão:** Presidente, José António Moreira, 1.º vogal, José Matos Carvalho, 2.º vogal, José Azevedo Rodrigues;

- **Colégio da Contabilidade Pública:** Presidente, João Carvalho, 1.º vogal, António Pires Caiado, 2.º vogal, Vítor Simões;

- **Colégio dos Impostos sobre o Consumo:** Presidente, João Amaral Tomaz, 1.º vogal Clotilde Celorico Palma, 2.º vogal, Emanuel Lima;

- **Impostos sobre o Rendimento:** Presidente, José Alberto Pinheiro Pinto, 1.º vogal Avelino Azevedo Antão, 2.º vogal, Leopoldo Alves;

- **Impostos sobre o Património:** Presidente, Carlos Lobo, 1.º vogal, Abílio Marques, 2.º vogal, João Catarino.

A tomada de posse das entidades mencionadas terá lugar ainda no decurso do mês de Janeiro, com vista a dar-se a conhecer aos membros com a maior celeridade as condições de acesso aos colégios de especialidade. ■